

COOPERATIVAS DE TRABALHADORES: OPÇÃO FRENTE À CRISE DO EMPREGO OU ASPECTO DA CRESCENTE PRECARIEDADE DO TRABALHO?

Hoyêdo Nunes Lins^()*

Resumo

O artigo discute a questão das cooperativas de trabalho, uma modalidade de organização do trabalho que ganhou rapidamente terreno no Brasil ao longo da década de 1990. O enfoque adotado procura situar o crescimento dessas cooperativas em face das mudanças contemporâneas em termos de tecnologia e de produção, que se refletiram em crescentes taxas de desemprego e no aprofundamento da precariedade do trabalho para grandes contingentes de trabalhadores afetados por vários tipos de iniciativas de flexibilização e desregulamentação. Coloca-se em destaque uma interessante controvérsia sobre o significado dessa forma de organização: de um lado, o entendimento de que se trata de opção efetiva em face das adversidades atuais; de outro, a visão segundo a qual, no modo como tem ocorrido em boa parte dos casos, o trabalho em cooperativas é exemplo da própria precariedade do trabalho. À luz desse debate, examinam-se onze experiências no segmento de confecções em Santa Catarina, captadas por meio de entrevistas. Duas dessas experiências, observadas na região de Florianópolis, são abordadas de modo mais detalhado.

Palavras-chave

cooperativas de trabalhadores; mudanças econômicas; produção vestuarista em Santa Catarina.

Abstract

The paper discusses the workers' co-operatives, a form of work organization which expanded very quickly in Brazil during the 90's. Its growth is seen in connection with the contemporary changes in technology and production that resulted in increasing rates of unemployment and in worse conditions of work to a large number of workers affected by different sorts of measures seeking for more flexibility and deregulation. The study underlines an interesting controversy about what these co-operatives mean to the workers: on the one side, there is the view according to which workers' co-operatives represent real alternative in face of the present adversities; on the other side, there is the position that holds that, in the way they function in many cases, such co-operatives tend to appear as examples of the very deterioration of the conditions of work. Inspired by this debate, and based on interviews, the analysis covers eleven experiences in the cloth production sector of Santa Catarina. Two of those experiences, in the Greater Florianópolis area, are considered in more detail

Keywords

workers' co-operatives; economic changes; cloth production in Santa Catarina

Classificação JEL

J54

^(*) Professor Doutor, Titular, do Depto. de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, com participação no Programa de Pós-Graduação em Economia dessa Universidade. E-mail: hnlins@cse.ufsc.br

Introdução

As transformações no mundo do trabalho permanecem no centro das discussões sobre a trajetória do capitalismo. Não há surpresa em tal constatação, tendo em vista o pesado ônus social imposto pelo agravamento do desemprego e pela exacerbação do caráter precário das relações de trabalho, tendências marcantes nas últimas décadas. O Brasil não está à margem desse inquietante turbilhão, como levam a reconhecer as implicações das recentes mudanças na estrutura produtiva do país, e nem se mostra refratário ao intenso debate internacional sobre o tema das transformações no trabalho, conforme sugerido por uma literatura não desprezível. Essas questões – as transformações no trabalho e o debate sobre elas – são as principais fontes de inspiração deste artigo, cuja pretensão, todavia, não é ambiciosa. Com efeito, visa-se tão-somente focalizar um aspecto das mudanças do trabalho no Brasil e do correspondente debate: o aspecto relativo ao crescimento do trabalho cooperativo.

Cabe esclarecer desde logo o sentido da expressão “trabalho cooperativo” neste texto. No sentido aqui empregado, trata-se do trabalho realizado por trabalhadores organizados em cooperativas. É o que corresponde à produção ou à prestação de serviços por coletivos de trabalhadores que, em vez de serem empregados, ostentam a condição de associados em empreendimentos criados por iniciativas deles próprios e dos quais são proprietários. Perius (1997) identifica diferentes cooperativas de trabalho, das de produção às formadas por profissionais liberais que prestam serviços, passando pelas de mão-de-obra, que operam só para empresas contratantes. Harper (1988) prefere uma expressão geral como “cooperativa de trabalhadores”, cuja função é servir como fonte de trabalho. Schneider (1991) argumenta que, em sentido estrito, uma cooperativa de trabalho é uma cooperativa de produção, seja rural, industrial ou artesanal, mas que no Brasil cooperativas de trabalho têm se caracterizado principalmente como prestadoras de serviços.

O tema do trabalho cooperativo assim identificado cresce em importância no país. Isso é indicado pela própria disseminação da forma cooperativa de organizar o trabalho: artigo publicado recentemente no jornal Folha de S. Paulo (em 13 de novembro de 2000) informou que em “1990 existiam 751 cooperativas [de trabalhadores] em todo o País. Hoje são 5.660, com cerca de 6 milhões de cooperados”¹. Mas a importância do assunto transparece igualmente na intensidade da polêmica em torno do que essa forma de organizar o trabalho e sua expansão representam para os trabalhadores.

O objetivo do estudo é discutir o tema do trabalho cooperativo, situando-o perante o problema mais amplo das transformações gerais no trabalho e privilegiando a questão do seu significado para os trabalhadores frente às mudanças econômicas e institucionais observadas no Brasil no passado recente. O título do artigo, que contém uma interrogação sobre o sentido do trabalho realizado em cooperativas, revela o espírito da abordagem, cujo esteio é duplo: de um lado, pesquisa bibliográfica, de outro, investigação empírica na forma de entrevistas em 11 cooperativas de trabalho localizadas em Santa Catarina dedicadas às atividades de confecção.

1. Mudanças no trabalho: reestruturação produtiva e flexibilidade

As últimas décadas foram marcadas pelo aprofundamento das adversidades para os trabalhadores, um processo em que sobressai a intensificação do que se pode chamar de tendência à exclusão, manifestada no desaparecimento de numerosos postos de trabalho e na escalada das taxas de desemprego. Trata-se de quadro com dimensões preocupantes em diferentes latitudes, até mesmo no âmbito da OCDE – em cujo seio um país como a Espanha chegou a amargar taxas de desemprego superiores a 20%, por exemplo –, e isso tornou o problema um assunto obrigatório em diferentes fóruns. As adversidades também se refletiram no agravamento do caráter precário do trabalho, do que constitui sintoma a multiplicação de “trabalhadores hifenizados”, quer dizer, *trabalhadores-em-tempo-*

¹ Informação dada no artigo de Furtado e Alves (2000).

*parcial, trabalhadores-casuais, trabalhadores-temporários ou trabalhadores-auto-empregados*². A crescente precariedade aparece como norma em diversos países, inclusive naqueles em que as taxas de desemprego têm se mostrado comparativamente baixas. O melhor exemplo refere-se, provavelmente, aos Estados Unidos, onde assistiu-se à criação de numerosos postos de trabalho precários, carentes de cobertura social³.

A deterioração nas condições de trabalho tem sido associada às mudanças tecnológicas e organizacionais recentes. Num plano geral, alude-se aqui aos processos relacionados ao aparente esgotamento do paradigma industrial centrado no binômio taylorismo-fordismo, e também à busca, intensificada desde os anos 70, de formas de produzir que auxiliassem a enfrentar a crise estrutural percebida ao final da década de 60⁴. As tentativas na “via tecnológica de saída da crise” acabaram redundando na difusão de novas tecnologias de processo e produto, estribadas na microeletrônica e geradoras de efeitos que talvez autorizem referência a uma nova revolução tecnológica ou um novo paradigma industrial⁵. O que importa assinalar com respeito a isso é, principalmente, que o desenvolvimento tecnológico propiciou ganhos de produtividade e contribuiu para tornar redundantes enormes contingentes de trabalhadores. Embora sejam várias, em regra, as causas do desemprego⁶, e apesar de nem sempre os estudos apresentarem resultados irretorquíveis sobre as relações entre modernização tecnológica e redução de postos de trabalho⁷, é difícil refutar a postulação de que os estonteantes avanços tecnológicos testemunhados nas últimas décadas figuram entre as mais importantes fontes de geração ou agravamento do desemprego. A análise de Rifkin (1995) sobre a multiplicação dos demitidos é largamente escorada nessa percepção, que subjaz ao seu vaticínio de que, na atualidade, “a maciça substituição do homem pela máquina forçará cada nação a repensar o papel a ser desempenhado pelos seres humanos no processo social” (p. XVII-XVIII).

Questão chave é que, na indústria, as inovações tecnológicas e as associadas inovações organizacionais têm representado grande avanço na flexibilidade. Aliás, atuar de modo flexível tornou-se palavra de ordem para as empresas frente ao aprofundamento da concorrência. Contudo, o termo “flexibilidade” recobre vários tipos de problemas e pode ser empregado em diferentes níveis de análise, tanto no plano interno das empresas quanto no das relações entre estas e os outros agentes que gravitam nos seus espaços de localização e atividades. No Brasil, por exemplo, fala-se em flexibilização até para mencionar as conseqüências da desregulamentação em escala macroinstitucional e para aludir aos efeitos da reestruturação produtiva efetuada na esteira de modificações como as que foram produzidas pela abertura comercial dos anos 90, conforme assinalado por Bresciani (1997).

O que se quer sublinhar é que a busca de uma maior flexibilidade – impulsionada por diversas mudanças contemporâneas – tende a gerar efeitos diversos. Geralmente se enfoca a flexibilização pela ótica da capacidade das empresas para responder agilmente às mudanças no mercado, com rapidez na mobilização de recursos e na reorientação do uso de máquinas e equipamentos. Todavia, isso tem reflexos, e, na discussão de que trata este artigo, interessa antes de tudo o problema da flexibilidade no âmbito das relações de trabalho que florescem no bojo das novas formas de organizar a produção, sob o

² A expressão “trabalhadores hifenizados” é utilizada por Beynon (1997).

³ Cf., por exemplo, Toinet (1996).

⁴ Sobre a crise do modelo fordista, consultar, por exemplo, Glyn et al (1990).

⁵ Ver Roobeek (1987) e Coutinho (1992), por exemplo. Assinale-se que a questão relacionada à crise do paradigma taylorista-fordista e à emergência de um novo “conceito” industrial é objeto de interessante polêmica. A idéia de crise na produção em massa é forte em Piore e Sabel (1984), por exemplo, e a crítica (corrosiva, diga-se) a tal postulação pode ser observada, entre outros, em Sayer (1989).

⁶ Glyn (1995), por exemplo, identifica entre as causas da crise do emprego nos países social-democratas europeus as próprias opções políticas nacionais, que significaram, praticamente, o abandono dos objetivos referentes ao pleno emprego, como parece ter sido o caso em países escandinavos. Kapstein (1996) adota linha de argumentação semelhante, salientando que as “políticas privilegiaram a estabilidade financeira em detrimento do emprego” (p. 29).

⁷ Consultar, por exemplo, o trabalho realizado por Kaplinsky (1987), para o International Labour Office, sobre os reflexos da disseminação dos sistemas de produção flexível.

estímulo das transformações econômicas recentes. Nesse terreno, pode-se perceber que, apesar do otimismo de algumas expectativas sobre os efeitos do novo paradigma industrial – expectativas segundo as quais os “processos de trabalho se afastam do paradigma taylorista-fordista (...) em direção a um processo (...) em que a força de trabalho interage de forma criativa com um sistema de automação flexível” (Coutinho, 1992, p. 75) –, diferentes tipos de relações profissionais ou de organização do trabalho estão a encontrar espaço⁸. Entre eles destacam-se os que representam o aprofundamento da precariedade, por conta, entre outras coisas, da crescente subcontratação/terceirização basicamente motivada pelo interesse das empresas em reduzir custos. De fato, observa-se que no atual contexto as antigas contratualidades tendem à deslegitimação, e que, tendo em vista tanto as mudanças contratuais quanto a propagação do caráter temporário do trabalho, além da crescente informalização das relações⁹, as formas de trabalho precário se multiplicam.

A deterioração nas condições de trabalho foi visível na América Latina durante as últimas décadas. Em grande medida, isso resultou dos ajustes econômicos realizados em diferentes países, consubstanciados em políticas de reinserção externa cuja arquitetura geralmente proveio de instituições internacionais. Esses ajustes expuseram os sistemas produtivos latino-americanos a níveis de concorrência até então ausentes dessas realidades nacionais e pressionaram por reestruturação em várias direções, com resultados na forma de *downsizing*, focalização/desverticalização e até desnacionalização. Os reflexos no mundo do trabalho foram intensos, na forma de crescimento do desemprego e aprofundamento do caráter precário do trabalho, agudizando ainda mais o problema da pobreza¹⁰. O principal motivo pelo qual o aumento da subcontratação/terceirização representou considerável impulso à proliferação de formas precárias de trabalho no subcontinente é que as práticas vinculadas a àquela modalidade de organização produtiva são geralmente sinônimos de baixa remuneração e de descumprimento de obrigações legais por parte das empresas, quando não resultam em ampliação do trabalho informal, pura e simplesmente.

Tudo somado, a conseqüência principal é uma profunda fragilização do núcleo assalariado dos mercados de trabalho, da qual não é aspecto menor a pressão exercida pelos trabalhadores empregados sobre as entidades que os representam no sentido de cerrar fileiras na defesa do emprego, mesmo que sob condições claramente deterioradas. É importante salientar que os efeitos das mudanças econômicas incidentes no mundo do trabalho são nutridos por mecanismos que operam na órbita institucional, onde tem lugar a regulação social. É nesse plano que, nos últimos anos, observa-se na América Latina a “remontagem de um novo modelo paradigmático, ou seja, (...) a construção de novas formas e instituições (...)” (Castro, 1997, p. 3). Merece realce, de fato, que nos países do subcontinente “o processo de enfraquecimento da base de trabalho assalariado, promovido pela reestruturação econômica, é igualmente impulsionado pela desregulamentação social, que caracteriza as novas formas de governança industrial” (Castro e Dedecca, 1998, p. 14).

O Brasil não é exceção na América Latina com respeito a essas questões. As adversidades que cercam o trabalho perpassam a história do país, porém as condições se agravaram desde os anos 80, quando o emprego formal foi duramente afetado pelas turbulências macroeconômicas e houve notável crescimento do trabalho quer por conta própria, quer sem contrato formalizado, simultaneamente à regressão na órbita salarial¹¹. Na década de 90, a recessão dos primeiros anos e as mudanças associadas à desregulamentação – destacando-se a abertura comercial, de repercussões amplificadas pela política de câmbio que escorou o Plano Real – fizeram a situação do trabalho piorar ainda mais. Como salienta Singer (1999a), o brutal aumento da concorrência, decorrente da abertura comercial, e as maiores

⁸ Para uma abordagem geral, consultar Lipietz (1990).

⁹ Consultar, por exemplo, Castro (1998).

¹⁰ Conforme indicam, por exemplo, os estudos sobre México, Chile, Argentina, Perú e Uruguai, realizados no âmbito do Centro Interdisciplinario de Estudios sobre el Desarrollo Latinoamericano (CIEDLA), sediada em Buenos Aires. Cf. Konrad-Adenauer-Stiftung A.C./CIEDLA (1997).

¹¹ Cf., por exemplo, Mattoso e Baltar (1997).

dificuldades para exportar, tendo em vista a situação do câmbio, atingiram duramente as empresas. Induzidas a comprimir seus custos, estas demitiram em grande quantidade e passaram a lançar mão de capacidades de trabalho externas, protagonizando subcontratação/desverticalização que aprofundou a tendência de precariedade exacerbada nas condições de trabalho.

O resultado de tudo isso é uma crise profunda, certamente irrevogável, da relação padrão de emprego no Brasil, um processo que, vale registrar, insere-se nas transformações do capitalismo em escala global. O fato de o desemprego ter se ampliado mesmo em período de desaceleração do crescimento da população ativa urbana¹² sugere, com efeito, que o novo contexto competitivo e as novas estruturas regulatórias reverberaram decisivamente na base produtiva do país, agudizando a situação de retrocesso social¹³. Não é elemento estranho à piora nas condições gerais dos trabalhadores a grande flexibilidade observada nas relações de trabalho no país, como reflexo do funcionamento das próprias instituições que regulam esse mercado. Historicamente falando, essas instituições criam “incentivos para contratos de trabalho de curto prazo e para que haja pouquíssimos vínculos entre empregados e empregadores no transcorrer da relação de emprego.” (Camargo, 1996, p. 12).

A disseminação do trabalho realizado em cooperativas no Brasil teve lugar no interior desse contexto francamente adverso para os trabalhadores. A rigor, tal crescimento é iluminado principalmente quando se lhe associam as mudanças econômicas e institucionais observadas nos últimos anos.

2. Cooperativas de trabalhadores: problemática e controvérsia

Conforme indicado na introdução, as cooperativas de trabalho vêm ganhando terreno no Brasil. Os motivos básicos dessa progressão não parecem diferir dos que estão por trás do seu crescimento em diferentes realidades socioeconômicas, em escala planetária. Os principais vetores são os efeitos das recentes transformações na economia mundial, como salienta a International Organisation of Industrial, Artisanal and Service Producers' Co-operatives, integrante da International Co-operative Alliance¹⁴. Pode-se conjecturar que tais razões não diferem muito, na essência, das que impulsionaram o surgimento das organizações cooperativas precursoras, a mais conhecida das quais é a de Rochdale, Inglaterra, criada em 1844 para mitigar as difíceis condições de trabalho e vida de contingentes operários da indústria têxtil britânica afetados pela Revolução Industrial¹⁵.

Vale destacar pelo menos dois aspectos relacionados àquela cooperativa pioneira. Um é que o referido experimento vingou em terreno semeado pelas idéias de Robert Owen, um socialista “utópico” descrito por Engels (1974) como indivíduo “de uma simplicidade de caráter infantil que ia até o sublime e, ao mesmo tempo, [como um] condutor nato de homens, como não existem muitos” (p. 39). O outro aspecto é que os princípios cooperativistas delineados pelos desbravadores de Rochdale têm validade até os dias de hoje, e isso faz a importância daquela experiência transcender o episódio da sua criação e a trajetória do seu funcionamento. Em que pese as adaptações suscitadas pelas mudanças nas condições de atuação ao longo do tempo, permanecem atuais as seguintes linhas-mestras¹⁶:

- adesão voluntária dos associados e participação franqueada a todos os que desejam tomar parte, desde que aptos a utilizar os serviços e a assumir as responsabilidades decorrentes;
- gestão democrática, garantida por meio da escolha periódica dos responsáveis pela condução do empreendimento:

¹² Segundo informado por Baltar (1998).

¹³ Esse conjunto de questões é abordado em vários estudos, de diferentes autores, organizados por Oliveira e Mattoso (1997).

¹⁴ O endereço na Internet é: www.coop.org/ica/ica/sb/cicopa.html

¹⁵ Singer (1999b) discorre sobre o contexto da criação dessa cooperativa e sobre a sua trajetória. Um breve histórico da experiência é proporcionado por Kumon (1999). A situação dos trabalhadores britânicos no período da Revolução Industrial e no século XIX pode ser captada no livro clássico de Engels (1985) e também no notável estudo de Mantoux (1962).

¹⁶ Cf. O Cooperativismo...(1999).

- gestão autônoma e independente, protagonizada pelos próprios membros;
- contribuição equitativa para o capital da cooperativa e controle democrático do uso dos recursos, com distribuição dos benefícios entre os membros de acordo com as respectivas participações;
- promoção contínua da educação e da formação dos associados com referência ao tema do cooperativismo;
- apoio à contínua expansão do cooperativismo mediante interações densas com outras cooperativas, em diferentes esferas (regional, nacional e internacional);
- contribuição ao desenvolvimento das comunidades em que se encontram as cooperativas.

Cabe indicar também que, embora a experiência de Rochdale tenha valor quase paradigmático, foi na Europa continental que o trabalho cooperativo adquiriu força e se disseminou. Abordando o tema da aristocracia operária, Hobsbawm (1988) assinalou que “as cooperativas de produtores, que eram a forma mais concreta de demonstrar que o capitalista era desnecessário ao processo de produção, vicejaram muito melhor no continente do que na Grã-Bretanha” (p. 310). No mesmo diapasão, esse historiador esclareceu que, enquanto “a cooperação de produtores (...) permaneceu por muito tempo como o núcleo do socialismo francês (...) [, na Grã-Bretanha] o socialismo cooperativista sempre foi um fenômeno periférico” (p. 359). Desse modo, talvez não seja fortuito o fato de, na atualidade, entre as cooperativas mais referidas internacionalmente figurarem as de países da Europa continental, como Espanha e Itália: pela ordem, a Mondragón Corporación Cooperativa (no País Basco, criada no início da década de 1940) e a Cooperativa Ceramica D’Imola, instalada em 1874.

No Brasil, o debate sobre as cooperativas de trabalho parece abrigar pelo menos dois tipos de posições: a que considera tal forma de organização uma possibilidade concreta de enfrentamento da crise do trabalho e a que entende serem as cooperativas de trabalho, no modo como boa parte delas funciona, exemplos de deterioração das condições de trabalho.

2.1 – Trabalho cooperativo como opção frente às mudanças no mundo do trabalho

Em face das adversidades que resultaram das mudanças econômicas recentes, a proliferação de cooperativas de trabalho no Brasil foi saudada em alguns meios como uma tendência portadora de novas perspectivas para diversos contingentes de trabalhadores¹⁷. Essas cooperativas evoluíram de uma condição secundária, em que as iniciativas vinculadas eram escassas e acusavam marginalização, para a de segmento de maior dinamismo no universo cooperativista brasileiro, sendo atualmente vistas como um tipo inovador de solução para a crise do emprego¹⁸. Trata-se de forma de organização claramente impulsionada pelos impasses atualmente vividos pelo mundo do trabalho: o surgimento e a expansão do trabalho cooperativo nos anos 90 estariam a representar “tentativa de resposta às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, acompanhada da crescente automação e informatização nos processos produtivos, gerando a crise de desemprego. Tais cooperativas constituem igualmente uma oportunidade de renda para os muitos excluídos da sociedade” (Schneider e Vicente, 1996, p. 40).

A visão que diferentes observadores compartilham é permeada pelo entendimento de que há um duplo caráter a ser considerado na disseminação das cooperativas: o de reação às adversidades crescentes e o de garimpagem de melhores possibilidades de renda e vida, ambos entremeados e complementares. Dessa maneira, o crescimento do trabalho em cooperativas pode ser interpretado nos termos de uma “ação ofensiva que gera um espaço de defesa, ajuda mútua e solidariedade entre os setores mais frágeis” (Tesch, 1995, p. 7). Admite-se que o trabalho cooperativo não esgota, nem remotamente, o horizonte de possíveis soluções para os problemas do mercado de trabalho. Entretanto, põe-se em relevo que a expansão dessa modalidade de organização resulta em novos postos de trabalho, criados com menores custos, com a vantagem adicional de contribuir para a difusão de um

¹⁷ Cf. Desórdi (1996).

¹⁸ Cf. Tesch (1996).

sentido de maior solidariedade entre as pessoas. Isso é percebido como necessário perante a dinâmica excludente da globalização, sendo defendido com ardor em eventos de grande envergadura, como o 1º Fórum Social Mundial que teve lugar em Porto Alegre em janeiro de 2001.

O ambiente da disseminação das cooperativas de trabalho no período recente é o mesmo em que vários grupos de trabalhadores envolveram-se na autogestão ou na co-gestão de empresas mergulhadas em dificuldades por conta das mudanças na economia. Singer (1997) faz referência a esse processo, designado por ele como um “novo experimento social” no Brasil, citando os exemplos da Cobertores Parahyba (São José dos Campos), da Facit (Juiz de Fora), da Coopervest (Aracaju) e da CBCA (região carbonífera de Criciúma). São casos em que “os operários, sem experiência administrativa e sem conhecimentos especializados, tiveram êxito onde o capital privado fracassara” (p. 2-2). Ao que parece, o fenômeno da tomada do controle de empresas em crise pelos próprios trabalhadores é, além de fator de crescimento da organização cooperativa na esfera da produção, um importante vetor de fortalecimento das esperanças nas possibilidades do cooperativismo.

Entretanto, a recuperação de empresas em situação falimentar é só um dos terrenos em que o trabalho cooperativo prolifera, como sublinha Tesch (1995). Esse tipo de organização tem se enraizado especialmente no âmbito dos movimentos populares, pelas possibilidades de inserção econômica oferecidas aos grupos sociais em piores condições. Ilustração de iniciativa nesse plano é a Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos (COOTRAM), no Rio de Janeiro, que frutificou numa região de enormes carências com apoio em mobilização comunitária envolvendo a Fiocruz (do Ministério da Saúde), entre outras instituições, proporcionando resultados animadores em áreas como prestação de serviços e produção de tijolos e artigos de vestuário¹⁹. Note-se que na esfera dos movimentos populares o trabalho cooperativo aparece vinculado à idéia de “economia solidária”, uma expressão que evoca sistema onde, por exemplo, empresários de pequeno porte atuam de forma solidária, em meio a políticas específicas de combate ao desemprego e a condições favoráveis envolvendo crédito, assistência tecnológica e acesso a informações relevantes²⁰. Cabe assinalar que os esforços permeados do sentido de solidariedade e pela busca de melhores possibilidades em prol dos deserdados das transformações econômicas têm lugar em diferentes realidades: Pedrini (2000) menciona iniciativas impregnadas do espírito de “economia solidária” até na área de Blumenau (destacado pólo têxtil catarinense, conhecido em escala nacional e internacional, com municípios que despontam entre os de maiores Índices de Desenvolvimento Humano no país²¹), onde surgiram cooperativas ou associações de trabalhadores vinculadas a diferentes setores de atividades.

Resulta dessas contribuições ao debate sobre alternativas para os trabalhadores a conclusão de que o trabalho cooperativo fincou raízes como opção a ser privilegiada no Brasil e em outros países, em circunstâncias onde combinam-se grandes carências sociais acompanhadas de crescente marginalização e grandes impactos das transformações econômicas contemporâneas. A via cooperativa mostra-se sedutora sobretudo pelo que representa como possibilidade de independência dos trabalhadores frente ao assalariamento e aos patrões. Não menos atraente é o fato de os rendimentos obtidos pelos trabalhadores organizados cooperativamente apresentarem proporcionalidade ao que cada associado contribui para o empreendimento coletivo. Assim, mesmo diante das evidências sobre as dificuldades e desafios que pontuam a vivência cooperativa, é difícil recusar a idéia de que constitui fonte clara de benefícios um tipo de instituição cuja “finalidade primordial [é] gerar meios de trabalho, melhorar a remuneração e as condições de trabalho pessoal de seus associados, dispensando a intervenção de um patrão ou mesmo empresário (...)” (Tesch, 1995, p. 13).

Entretanto, para alguns pesquisadores, a proliferação do trabalho cooperativo reveste-se de importância que ultrapassa os aspectos de reação à crise do emprego e de opção diante das

¹⁹ Consultar COOTRAM... (1999).

²⁰ Essas idéias são expostas em Singer (1996a)

²¹ Cf. Folha de S. Paulo de 9 de setembro de 1998, Caderno “Qualidade de Vida”.

adversidades derivadas dessa crise. Arruda (1997) associa tal forma de organização a uma práxis no interior da qual “a idéia do desenvolvimento próprio das comunidades e sociedades humanas (...) pode ser levada à prática no interior mesmo do processo atual de globalização” (p. 9). Vincula-a também a um tipo de conduta em que se “inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes” (ibid.) e em que “o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia” (ibid.). Apesar da persistência dos problemas, em que sobressai uma admitida fragilidade da cultura de cooperação no Brasil²², as cooperativas tendem a ser vistas pelos autores que lhes emprestam um significado próximo ao de instrumento de mudança social, como parte da construção de uma “cidadania ativa” apta a lubrificar a emergência de uma “globalização cooperativa” no seio de um processo sinérgico marcado pelo “enlace solidário em todos os campos” (ibid.).

Singer (1999 a, b) não deixa por menos e, numa abordagem inspirada no reconhecimento de que “é preciso repensar a utopia socialista”, sublinha que as cooperativas constituem nada menos que implantes socialistas nas fissuras do capitalismo.

“A cooperativa operária realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo no plano da produção. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações são democráticas, ela traduz na prática o lema: ‘de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades’” (Singer, 1999b, p. 128).

Nessa ótica, indica-se que o crescimento das cooperativas acena com possibilidades de evolução da sociedade rumo a um “modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade” (Singer, 1997, p. 2-2). Nos argumentos, esgrime-se a idéia de que, se realmente disseminado, esse tipo de organização mostrar-se-ia capaz de propiciar aos estratos mais necessitados da população o acesso ao exercício do controle sobre a produção social e a vida política. Esse raciocínio aparece formulado por Singer (1996b) em artigo onde é acentuado que, no período contemporâneo, é o controle – muito mais do que a propriedade – que aduba o capitalismo. O melhor é dar a palavra ao autor.

“[O]s limites do capitalismo se encontram menos na propriedade do que no controle privado, exercido pela minoria de grandes detentores de riqueza financeira (...), da produção social e do Estado. O que dá vida ao capitalismo é o controle pelos ricos dos partidos, candidaturas e governos, dos meios de comunicação de massa, dos conglomerados de empresas, da intermediação financeira e (...) de boa parte da produção cultural. Acabar com esse controle exige muito mais do que um ato de força, como expropriar empresas e bens de raiz; exige sobretudo habilitar a maioria pobre ou remediada do povo a assumir este controle sempre que possível e disputá-lo sempre que necessário” (Singer, 1996b, p. 1-3).

2.2 – Cooperativas de trabalho: ilustração da crescente precariedade do trabalho

Diferentes experiências vinculadas à produção industrial têm estimulado alguns estudiosos a considerar a própria eclosão das cooperativas de trabalho como um aspecto da crescente precariedade das relações de trabalho no Brasil. O ponto de vista manifestado por Lima (1998), com base no que vem sendo percebido em estados da Região Nordeste do país em setores como os de produção confeccionista e calçadista, pode ser apontado como uma síntese desse tipo de avaliação.

“Para os trabalhadores, (...) a cooperativa – da forma como está sendo experimentada – representa precarização (sic) de suas condições de trabalho pela flexibilização ‘de fato’ das relações de trabalho que acarreta. Pode-se falar de retrocesso frente ao trabalho assalariado e às conquistas dos trabalhadores, que bem ou mal garantem direitos mínimos” (Lima, 1988, p. 227).

²² Cf. Tesch (1996).

A realidade que inspira essa análise permite notar uma tendência de substituição do trabalho assalariado pelo trabalho autônomo, disponibilizado através de cooperativas que muitas vezes são criadas para beneficiar empresas interessadas em reduzir custos fixos e ampliar a flexibilidade no uso da mão-de-obra. Essa troca caracteriza a construção civil e atividades agrícolas (colheita de laranja, por exemplo) em estados do Sudeste e, principalmente, faz-se notar em atividades industriais de estados do Nordeste como Ceará, Paraíba e Pernambuco, onde até se escora em iniciativas públicas implementadas no intuito de vitalizar economias locais por meio da atração de empresas. Na origem da multiplicação dessas experiências certamente figura uma determinação legal, relativamente recente, segundo a qual não existem vínculos de emprego entre as cooperativas e seus integrantes e/ou entre estes e as empresas que recorrem a essa fonte de trabalho. Em todos os casos, está-se falando, com respeito a tais cooperativas, sobre postos de trabalho carentes de benefícios como férias remuneradas e licenças, entre outros²³. Portanto, nesse tipo de análise, tais cooperativas despontariam muito mais como opções para as empresas, tendo em vista que facilitam a redução nos custos e o aumento da flexibilidade, e não como alternativas para operários confrontados com as adversidades do momento atual.

O benefício para as empresas há de ser considerado em relação ao aprofundamento da terceirização/subcontratação, marcante no cenário industrial em diferentes países. De fato, a transferência de algumas etapas (ou de quase todas, em certos casos) do processo de produção para capacidades produtivas externas às empresas tornou-se um aspecto maior da organização industrial, refletindo condutas que envolvem a definição de *core competences* e *core products*²⁴. Na verdade, a tendência à maior terceirização/subcontratação representa um aspecto organizacional basilar da reestruturação produtiva no plano internacional e no Brasil²⁵, presente inclusive em empresas multinacionais como a Benetton²⁶, não raro envolvendo a utilização de trabalhadores em domicílio, o que fortalece prática há muito observada em setores como o de produção vestuarista, intensivos em mão-de-obra²⁷. Ora, as condições da produção terceirizada/subcontratada são muitas vezes bastante precárias, com sub-remuneração, ausência de relações formais e de benefícios sociais, pressões de diferentes tipos e vínculos mais tensos do que cooperativos, marcados por desconfiança e oportunismo. Esses aspectos espelham a principal motivação da externalização das atividades das empresas: a redução de custos fixos referentes a salários e encargos sociais, acompanhada de transferência para terceiros das incertezas associadas às oscilações do mercado. Sua ocorrência tem relação com o aumento das demissões no período recente, resultante da própria reestruturação produtiva, pois esse processo configura um vetor de crescente oferta de trabalho, o que lubrifica a subcontratação/terceirização.

É nesse contexto que proliferam as cooperativas de trabalho, que geralmente canalizam volumosa produção subcontratada/terceirizada, com vantagens até de ordem logística para as empresas. Como no Brasil diversas cooperativas desse tipo foram criadas sob o incentivo dos subcontratantes, quando não resultaram diretamente de iniciativas destes, sua gestão, em termos práticos, é não raramente efetuada pelas empresas, que protagonizam o controle e a fiscalização do funcionamento. Isso ocorre tanto em áreas de industrialização mais antiga, como alguns núcleos calçadistas do Centro-Sul do Brasil²⁸, quanto em localidades do Nordeste do país recentemente implicadas como espaços de reestruturação espacial de diferentes empresas oriundas daquela região mais dinâmica. Trata-se de casos em que “o trabalho dos cooperativados só difere daquele dos trabalhadores assalariados no que tange à ausência dos direitos formais (...)” (Lima, 1998, p. 213), e para os quais o acúmulo de

²³ Sobre a proliferação das cooperativas de trabalho no Brasil, consultar as reportagens de Pinto (1998 a, b).

²⁴ Consultar, por exemplo, Prahalad e Hamel (1990).

²⁵ Ver, entre outros, Amato Neto (1995).

²⁶ Cf. Carleial e Bal (1999).

²⁷ Sobre o uso de trabalhadores em domicílio no Brasil, consultar, por exemplo, Abreu (1986) e Ruas (1993).

²⁸ Cf. Piccinini (1998).

denúncias sobre as dramáticas condições de trabalho estimularam a cunhagem do termo “cooperfraude” (op cit., p. 222).

Desse modo, mesmo os observadores mais otimistas sobre as possibilidades das cooperativas advertem contra as *pseudocooperativas*, “em que um grupo de trabalhadores, arrematados por um agente do empregador, é formalmente organizado enquanto cooperativa, vendendo os seus serviços como se fossem contratados, perdendo os direitos trabalhistas normais” (Singer, 1999a, p. 41). O que está em relevo, nesse e em outros enfoques que compartilham a opinião de que é preciso denunciar o caráter fraudulento de várias experiências, é o entendimento de que a cooperativa só pode emergir por iniciativa espontânea dos próprios trabalhadores e ser conduzida por estes, princípios básicos do cooperativismo, conforme assinalado anteriormente. Ou seja, a independência e a autogestão são fatores essenciais do contraste entre cooperativas genuínas e cooperativas espúrias²⁹ e, vale assinalar, representam elemento decisivo até mesmo na análise dos pedidos de registro das cooperativas de trabalho, como se observa em São Paulo³⁰.

Se a análise de numerosas experiências fortalece o ceticismo sobre o papel das cooperativas como alternativa para trabalhadores às voltas com a deterioração nas condições de trabalho, é ainda mais difícil, segundo algumas opiniões, aceitar que a disseminação desse tipo de cooperativismo significa avanço rumo a um novo modo de produção e de organização da sociedade, florescente nos interstícios do capitalismo. Crítica severa a tal ponto de vista é formulada por Vainer (2000), em texto onde, de passagem, a expressão “economia solidária” é rechaçada sob a alegação de que os termos que a formam simplesmente se “rejeitam”.

“Uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. (...) O cooperativismo não é alternativa e pode ser, simplesmente, estratégia de controle [político de populações desesperadas]. Pode também, entretanto, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser um outro mundo” (Vainer, 2000, p. 10).

3. Uma abordagem sobre as cooperativas de trabalho em Santa Catarina

Em Santa Catarina a década de 1990 testemunhou uma expansão notável das cooperativas de trabalho. De acordo com a tabela 1, o seu número foi multiplicado por sete e o volume de pessoas a elas vinculados cresceu mais de dez vezes, fazendo essa modalidade de cooperativa alcançar posição de grande realce no universo cooperativista estadual. Note-se que a indicada evolução diz respeito só aos empreendimentos registrados na Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC). Isso significa que parcela considerável das experiências existentes não se encontra computada, já que parece ser grande a quantidade de cooperativas “informais”, não identificadas pela OCEC.

Tal como se observou em escala nacional, o crescimento das cooperativas de trabalho em Santa Catarina resultou, em grande parte, das crescentes dificuldades que os ajustamentos protagonizados pelas empresas em reação às mudanças macroeconômicas e à exacerbação da concorrência representaram para os trabalhadores. A reestruturação ocorreu em diferentes setores de atividades e implicou empresas de vários tamanhos, produzindo efeitos em diversas regiões do estado. Via de regra, gerou grandes demissões, à reboque de tentativas de modernização nas estruturas produtivas e organizacionais que se traduziram em máquinas e equipamentos novos e também em transferências de atividades para capacidades produtivas externas, tanto empresas de menor porte (formais ou não) quanto trabalhadores em domicílio. Essa tendência à externalização produtiva, fortalecida em contexto de retração das oportunidades de emprego, encorajou a criação de cooperativas de trabalho.

²⁹ Ver Schneider e Vicente (1996).

³⁰ Cf. Furtado e Alves (2000).

Tabela 1: Expansão das cooperativas de trabalho em Santa Catarina nos anos 1990 (dados de 31 de dezembro)

Anos	Total de Cooperativas		Cooperativas de Trabalho			
	Nº de Cooperativas	Nº de Cooperados (mil)	Cooperativas		Cooperados	
			Número	% sobre o total	Número (mil)	% sobre o total
1992	176	274,8	12	6,8	2,3	0,8
1993	170	269,7	11	6,5	2,8	1,1
1994	181	297,7	18	9,9	3,0	1,0
1995	173	296,2	19	11,0	2,4	0,8
1996	200	306,8	34	17,0	4,2	1,4
1997	274	327,5	77	28,1	15,1	4,6
1998	301	350,8	89	29,6	20,6	5,9
1999	300	372,6	86	28,7	25,2	6,8

Fonte: OCESC (www.ocesc.org.br/estatisticas.htm)

Um dos segmentos industriais em que a reestruturação se fez notar com mais intensidade, e em que, tendo em vista a grande intensidade de mão-de-obra que lhe caracteriza, as conseqüências sociais das mudanças revelaram-se especialmente dramáticas, foi o de confecções, integrante da cadeia têxtil, de presença histórica e proeminente em Santa Catarina. Tal perfil estimulou a opção por esse segmento para uma abordagem empírica sobre o significado do trabalho em cooperativas para os trabalhadores.

3.1 – Cooperativas de trabalho no segmento de confecções: ensinamentos da observação

A pesquisa de campo envolveu entrevistas em 11 cooperativas ligadas à confecção, distribuídas no Vale do Itajaí, principal área de produção têxtil-vestuarista em Santa Catarina e uma das mais importantes do Brasil (7 cooperativas), na Grande Florianópolis (2 cooperativas) e na área de Tijucas, localizada entre as duas primeiras regiões (2 cooperativas). Todas tinham sido criadas entre 1996 e 1999, 80% delas no biênio 1996-98, e duas haviam encerrado as atividades recentemente (ambas no Vale do Itajaí), casos em que as entrevistas foram realizadas com as ex-presidentes. Estas duas cooperativas foram estudadas inclusive pelo que poderiam ajudar na compreensão de exemplos de insucesso, e os dados de seu funcionamento e caracterização referem-se, evidentemente, ao período de atuação. Todas as entrevistas foram efetuadas entre novembro de 2000 e abril de 2001³¹.

Todas as cooperativas foram criadas com o objetivo de gerar oportunidade de ocupação e renda para pessoas (na grande maioria mulheres) que, em geral, só tinham atividades domésticas em casa e, além do trabalho na cooperativa, ajudavam os cônjuges em outras atividades, inclusive na agricultura, como ocorria no Vale do Itajaí, em cooperativas no meio rural (5 casos); em pelo menos uma cooperativa havia associadas que tinham trabalhado em fábricas anteriormente. A exceção ao objetivo indicado acima refere-se a uma cooperativa da Grande Florianópolis surgida a partir da falência de uma empresa, em que o motivo foi a conservação das ocupações e fontes de renda dos ex-funcionários. Assinale-se que esta foi a única experiência em que não houve participação externa na criação da cooperativa. Todas as outras contaram com alguma forma, bem-vinda em função das recorrentes dificuldades, de estímulo e apoio, devendo-se realçar o papel das prefeituras municipais, que contribuíam – e seguiam contribuindo – com empréstimos de instalações e maquinário ou através de

³¹ As entrevistas foram realizadas por José Paulo Fagundes e Odirlei Farinea, alunos do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsistas de Iniciação Científica em projeto de pesquisa intitulado “Cooperativas de Trabalho na Indústria Têxtil-Vestuarista de Santa Catarina”, coordenado pelo autor. Também participou o aluno do Noslei Dalmagro Verdieri, aluno do mesmo curso, embora sem ser bolsista.

pagamento de despesas como luz e água, por exemplo. O apoio externo abrangeu a definição dos estatutos, tendo a OCESC marcado alguma presença em certos casos, porém sem exclusividade. Houve casos de envolvimento de políticos locais, se não diretamente, pelo menos na aproximação entre as cooperativas e empresas que transferem a produção para terceiros. De todo modo, só menos da metade das entrevistas revelou influência externa na gestão das cooperativas, envolvendo, algumas vezes, a presença de funcionários das empresas que terceirizavam, chamados de “inspetores”. Claro que esse envolvimento não inibia o engajamento dos associados, na maioria das cooperativas, nos processos de tomada de decisão sobre as atividades dos empreendimentos, pois em todos ocorriam assembléias em que se debatiam problemas e se definiam os rumos, mesmo que apenas metade as realizassem mensalmente. Mas, apesar do empenho na busca de melhores condições observado em diversos exemplos, o equacionamento das dificuldades principais requeria ajuda externa (de prefeituras e vereadores, entre outros). Cabe ressaltar que foi raro encontrar ilustração de folga financeira: só uma cooperativa possuía reservas, utilizadas para completar as retiradas dos associados quando as encomendas escasseavam e as entradas financeiras minguavam (Tabela 2). De um modo geral, vale frisar que as cooperativas padeciam de grandes limitações na gestão e no controle, com exceções que só confirmam a regra.

Tabela 2: Cooperativas de confecção em Santa Catarina: aspectos da criação e organização

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
<i>Motivação básica da criação</i>	
. gerar oportunidade de ocupação e renda	10
. conservar fonte de ocupação e renda, após falência do empregador	1
<i>Participação externa na criação</i>	
. não	1
. sim: Prefeituras Municipais	8
Rotary Club	2
SEBRAE-SC	1
Universidade	1
Empresas	1
<i>Influência externa na gestão</i>	
. não	6
. sim	5
<i>Frequência das assembléias</i>	
. mensal	5
. semestral ou superior	2
. irregular	4
<i>Reservas financeiras</i>	
. não	10
. sim	1

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

Poucas cooperativas eram donas das dependências que ocupavam e do maquinário que utilizavam. Algumas instalações eram emprestadas pelas prefeituras municipais, que também franqueavam o uso de máquinas de propriedade pública em certos casos. Em outros empreendimentos, as máquinas tinham sido cedidas em regime de comodato pelas empresas que terceirizavam a produção, e isso tornava ainda mais forte a condição de exclusividade que caracterizava a atuação dessas cooperativas. De qualquer maneira, quase todas fizeram investimentos (geralmente com

recursos próprios, pelas dificuldades de obtenção de financiamento) em máquinas, equipamentos ou instalações, variando de caso para caso. As 11 cooperativas realizavam costura, às vezes de forma combinada com atividades de acabamento, modelagem e bordado, sendo as duas últimas realizadas só pelas cooperativas que não fabricavam para empresas industriais que transferiam a produção, casos minoritários no conjunto estudado (Tabela 3). Estas cooperativas localizavam-se na Grande Florianópolis e, no momento das entrevistas, produziam bonés, camisas e bermudas sob encomenda, com as etiquetas dos clientes (lojas e parque de diversão em São Paulo), em ou caso, e artigos de vestuário diversos, comercializados diretamente, no outro, realizando a integralidade dos processos produtivos. As demais cooperativas produziam para empresas do Vale do Itajaí, dividindo-se entre as que costuravam camisetas e camisas para a Hering (3 cooperativas), as que costuravam camisas e moletons para a Farfalla (2 cooperativas) e as que costuravam as bordas das toalhas (e pregavam as etiquetas) para a Artex (4 cooperativas, das quais 2 tinham encerrado as atividades recentemente). Encontraram-se exemplos de cooperativas que substituíram clientes com base na comparação entre os níveis de exigência das empresas e entre as condições de atuação associadas, dizendo isso respeito, antes de tudo, às questões de preço, transporte e desconto no pagamento dos preços dos materiais encaminhados (agulhas, linha).

Tabela 3: Cooperativas de confecção em Santa Catarina: patrimônio e atividades

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
<i>Instalações</i>	
. próprias	2
. alugadas ou emprestadas	9
<i>Maquinário</i>	
. totalmente próprio	5
. total ou parcialmente emprestado ou cedido em comodato por empresas	6
<i>Principais atividades realizadas</i>	
. costura	11
. acabamento	4
. modelagem	2
. bordado	1
<i>Clientes</i>	
. empresas industriais que transferem produção	9
. empresas comerciais e outras que encomendam produtos	1
. consumidores	1

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

As cooperativas relacionavam-se quase sempre de forma direta com as empresas que transferiam a produção, embora bom número devesse o primeiro contato ao auxílio nesse sentido prestado por agentes externos (representantes comerciais, vereadores, prefeituras municipais). As exceções ao relacionamento direto envolviam intermediários que cobravam comissões. Também eram maioria as cooperativas que buscavam, elas próprias, os materiais nas empresas – peças de artigos de vestuário já cortadas, em todos os casos, em alguns poucos também linha e agulhas, cujos preços eram geralmente descontados do pagamento pelo serviço – e entregavam os produtos prontos, responsabilizando-se pelo transporte. Embora em geral a definição dos prazos de devolução fosse prerrogativa das empresas, o que alcançava também os preços pagos às cooperativas, os vínculos tendiam a ser estáveis e duradouros, sendo que a maioria das cooperativas preservava a sua capacidade de conduzir as suas atividades, sem interferência das empresas na produção (não obstante a presença

dos já citados “inspetores” pertencentes aos quadros das empresas). As próprias cooperativas realizavam o controle de qualidade, a cargo das “revisoras”, em atividade que adquiria importância especial quando a costura era acompanhada pela embalagem das peças, que nesses casos saíam da cooperativa prontas para a expedição (isso ocorria em cooperativas que costuravam toalhas para a Artex, por exemplo). A fiscalização da qualidade também ocorria na empresa, mas por amostragem. Por outro lado, na maior parte, as relações desenrolavam-se sob o signo da sazonalidade, o que representava pouca estabilidade nos fluxos de produção para as cooperativas (Tabela 4). Evidentemente, isso tinha reflexos sobre os rendimentos dos associados.

Tabela 4: Cooperativas de confecção em Santa Catarina que operam para empresas industriais que transferem atividades produtivas: características dos vínculos

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	9
<i>Relação entre cooperativas e empresas</i>	
. direta	7
. indireta	2
<i>Organização do fluxo de materiais e produtos</i>	
. cooperativa pega o material na empresa e leva a produção	7
. empresa leva o material e recolhe a produção	2
<i>Materiais distribuídos pelas empresas</i>	
. peças de artigos de vestuário cortadas	9
. materiais como linha e agulha	3
<i>Definição dos prazos de entrega da produção</i>	
. pela empresa	8
. definição conjunta empresa-cooperativa	1
<i>Regularidade no recebimento de encomendas das empresas</i>	
. sim	2
. não	7
<i>Interferência das empresas nas atividades das cooperativas</i>	
. sim	2
. não	7

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

De qualquer maneira, em todas as entrevistas prevaleceu o ponto de vista de que trabalhar na cooperativa representava vantagem para os associados (Tabela 5). O principal motivo relacionava-se ao aumento da renda, comparativamente à situação anterior, mesmo para quem tinha sido empregado de empresa. A questão do rendimento ofuscou outras vantagens assinaladas, como a independência adquirida (ligada à idéia de que se é “dono do próprio negócio”) e a flexibilidade de horário proporcionada, um atributo especialmente louvado pelas mães de filhos pequenos e pelas donas de casa em geral. Em 8 cooperativas sublinhou-se a importância da organização cooperativa frente ao aumento do desemprego e à contração das possibilidades de engajamento assalariado, principalmente no Vale do Itajaí, onde foram intensos os reflexos da reestruturação industrial. Seja como for, em 5 cooperativas acentuou-se que a precariedade nas condições de trabalho havia aumentado para ex-assalariados, devido à falta de registro em carteira, à supressão dos benefícios que acompanham o salário e ao problema da instabilidade. Ressalte-se que em quase todas as cooperativas ocorreu diminuição do número de associados, e que entre as razões do abandono despontou o problema da insegurança em relação ao futuro. É sintomática a distribuição das respostas à interrogação sobre a preferência entre o trabalho em cooperativa e a condição assalariada, conforme captado pela visão dos presidentes ou

diretores entrevistados: em 5 cooperativas a maioria das associadas optaria pelo assalariamento, se fosse possível, e em 3 as opiniões mostrar-se-iam divididas. Contribuem para esse cenário, certamente, os poucos estímulos ao aperfeiçoamento profissional no âmbito das cooperativas (quando há, restringe-se a um ou outro curso de corte e costura, às vezes nas empresas que transferem a produção), e os escassos serviços oferecidos aos associados (quase sempre limitados ao recolhimento do INSS).

Tabela 5: Cooperativas de confecção em Santa Catarina: significado do trabalho na cooperativa para os associados

Indicadores	Nº de cooperativas
Total de cooperativas observadas	11
<i>Opinião predominante sobre o significado do trabalho na cooperativa, comparativamente à anterior situação dos associados</i>	
. é vantagem: pelo aumento na renda	11
pela independência adquirida	2
pela flexibilidade de horário	1
. é opção importante frente ao aumento do desemprego	8
. também significa problema, pela falta de registro em carteira, de benefícios e de estabilidade	5
<i>Opinião predominante sobre a preferência dos associados entre o trabalho na cooperativa e o trabalho como assalariado, em um empresa</i>	
. maior preferência pela condição assalariada	5
. maior preferência pela trabalho na cooperativa	3
. associados mostram-se divididos	3
<i>Cooperativa estimula e/ou promove aperfeiçoamento profissional</i>	
. não	6
. sim	5
<i>Cooperativa oferece serviços aos associados</i>	
. não	6
. sim	5

Fonte: Pesquisa direta nas cooperativas

A figura que emerge dessa visão de conjunto tem como um traço essencial a heterogeneidade de significados das cooperativas para os trabalhadores. Reconheceu-se quase sempre que a cooperativa representa alternativa de ocupação e renda, algo fundamental em atmosfera de redução das possibilidades e de conseqüente agravamento das condições de vida. Entretanto, indicou-se, simultaneamente, que representa também mais precariedade no trabalho, pois a alternância entre fases de encomendas volumosas e fases de poucas atividades, incrustada no caráter sazonal dos fluxos de subcontratação/terceirização, é fonte de incertezas e torna bastante penosos os períodos de concentração de trabalho, principalmente porque os prazos de entrega tendem a ser curtos, sem que as cooperativas possam ter influência sobre eles. Mas não é só na percepção dos associados que a diferenciação revela-se como marca registrada. As diferentes cooperativas configuram “casos” de empreendimentos heterogêneos, e isso certamente interfere nas “leituras” das pessoas sobre o significado do cooperativismo de trabalho.

3.2 – Uma ilustração da heterogeneidade das cooperativas de trabalho: dois casos polares

O problema da multiplicidade de situações pode ser iluminado por meio de uma abordagem mais detalhada. Escolheram-se as duas cooperativas localizadas na Grande Florianópolis: a Cooperativa de Serviços e Confecções (CAPCOOPER), no município de Palhoça, e a Cooperativa de Costura Industrial e Artesanal Ltda. (COOPVEST), no município de Florianópolis, descritas na mais recente publicação da OCESC como integradas por 29 e por 22 associados, respectivamente³². Sua seleção para um exame mais minucioso deve-se ao fato de que são as únicas do conjunto estudado que não operam como destino de produção transferida por empresas, o que lhes deveria outorgar maior independência e também mitigar o problema relacionado aos contrastes entre períodos de alta e baixa intensidade de trabalho, normalmente ditados pelos ritmos das empresas que externalizam a produção.

a) CAPCOOPER

A CAPCOOPER surgiu em janeiro de 1999 por iniciativa dos empregados de uma empresa em situação falimentar. Sem alternativas, e sem interferências externas, os ex-funcionários tentaram assegurar a única fonte de trabalho e renda de que dispunham, o que não ocorreu sem problemas de recursos e de manutenção da coesão do grupo. O primeiro obstáculo exigiu o uso de crédito pessoal e o engajamento do que fora auferido no desligamento da empresa (dinheiro e maquinário), uma providência que permitiu a compra de 8 máquinas (para costura e corte, entre outras), o aluguel do galpão para as instalações e a promoção de treinamento aos associados. Estes fazem costura, corte e bordado, principalmente, e seu número cresceu, não obstante a saída de alguns devido ao que foi classificado como “inadaptação” à estrutura cooperativa.

A cooperativa produz sob encomenda com etiquetas de empresas clientes: no momento da entrevista, tratava-se de lojas e do parque Hopi Hari, em São Paulo. Os pedidos são sazonais, caracterizados por preços e prazos definidos pelos clientes, e encaminhados (sem contratos de qualquer espécie) por meio de sustentados pela ação de representantes que se encarregam do que é necessário para lubrificar os fluxos. O presidente frisou que, apesar do caráter sazonal, as relações com as empresas têm se mantido estáveis ao longo do tempo, e também que os clientes não fazem “pressão” sobre questões envolvendo qualidade e prazo, o que estaria a refletir o desempenho dos controladores de qualidade da cooperativa e o seu próprio monitoramento da produtividade. Isso foi assinalado para deixar claro que as empresas não interferem nas atividades da CAPCOOPER e que as relações desta com os clientes são boas. Desse modo, a definição dos turnos (em número de três) e do tempo de trabalho é objeto de deliberação em assembléia, assim como a organização em “células”, com grupos especializados em modelagem, corte, costura, bordado e acabamento, sendo a distribuição dos associados determinada também nesse âmbito, respeitadas a experiência e a capacidade técnica individual. Vale indicar que os associados normalmente desempenham os mesmos tipos de tarefas, mas a substituição, quando necessária, ocorre sem problemas.

Segundo a entrevista, trabalhar na cooperativa significa maior nível de renda para os associados, comparativamente à situação anterior. O rendimento médio mensal passara de R\$ 270,00 para R\$ 440,00, superando o piso salarial estipulado pelo correspondente sindicato de trabalhadores. Todavia, não há regularidade nos montantes recebidos a cada mês, pois o alcance das metas de produção (que dependem das encomendas) configura fator determinante, além do número de horas trabalhadas pelos associados. Ainda assim, indicou-se que a maioria destes prefere trabalhar na cooperativa, o que não se deve apenas ao maior rendimento médio, mas também ao fato de que agora os trabalhadores são donos do negócio: falou-se que a situação do trabalho é melhor do que antes, pois não só a gestão é mais eficiente, como os operários sentem-se independentes. Além disso, constituem atrativos as iniciativas de proporcionar treinamento, fazer o recolhimento ao INSS, fornecer vales e auxiliar nos tratamentos de saúde. De todo modo, não se escamoteou que alguns associados prefeririam a condição de

³² Cf. Organização... (2000).

empregado. O motivo básico é a perspectiva de regularidade no recebimento mensal, já que no terreno das exigências e da intensidade do trabalho as condições da cooperativa são semelhantes às das empresas, conforme sublinhado. Registre-se que a CAPCOOPER é a mencionada cooperativa do conjunto estudado que possui fundo de reserva financeira, usado para completar as retiradas nas fases de baixa intensidade de trabalho.

b) COOPVEST

A COOPVEST foi constituída em dezembro de 1998 como desdobramento de um projeto de profissionalização popular implementado desde o início dos anos 90 pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, em associação com outras instituições. As mulheres que freqüentavam os cursos de costura tinham grandes problemas para se inserir no mercado de trabalho, dado o baixíssimo nível educacional e a quase inexistente formação profissional da maioria, e isso fez a coordenação do projeto buscar alternativas para as egressas através de uma estrutura cooperativa. As dificuldades financeiras da COOPVEST foram e continuam sendo muito grandes, apesar do auxílio da Prefeitura em vários aspectos: no aluguel do *box* que serve de espaço de comercialização no *Camelódromo* situado no centro de Florianópolis; no apoio em estilismo e modelagem, pela disponibilização de uma funcionária que cursa o Bacharelado em Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina; e na produção, com o empréstimo de 16 máquinas de costura e a cessão de parte das instalações do Centro Social da Colônia, localizado em um bairro da cidade.

As atividades envolvem a produção de diferentes tipos de artigos para vestuário, todos para venda direta no mercado, no mencionado *Camelódromo*, sendo que as associadas efetuam a totalidade das tarefas correspondentes, da modelagem ao acabamento, que se cristalizam em produtos geralmente simples. Para complementar os negócios, fazem também reparos em roupas, tipo de iniciativa cuja receita é dividida meio a meio entre a costureira implicada e a cooperativa. Quem consegue vender recebe 10% do valor da peça negociada, e a permanência no *box* da cooperativa é recompensada por hora. É importante dizer que a COOPVEST tentou participar das relações de terceirização/subcontratação estruturadas pela Hering em diversas regiões de Santa Catarina, porém foi rejeitada devido à defasagem do seu maquinário e ao precário conhecimento técnico das associadas, na avaliação da empresa. Porém, logrou fabricar, embora de forma episódica, bandeiras para a Universidade Federal de Santa Catarina e uniformes para lixeiros encomendados pela Prefeitura de Florianópolis. Na organização interna do trabalho, a regra é aproveitar a experiência individual, mesmo que o rodízio nas várias tarefas não seja raro. Há associadas que preferem trabalhar em casa, mas indicou-se que isso geralmente acarreta perda de qualidade, talvez pelo fato de que muitas costureiras combinam o trabalho para a cooperativa com outras atividades, visando ao aumento da renda. Seja como for, ficou claro que o comparecimento nas instalações da COOPVEST é irregular, assim como o tempo de trabalho dispensado à estrutura cooperativa.

Se o comparecimento das costureiras é irregular, o recebimento não é menos envolto em incerteza, já que o parâmetro é o volume produzido individualmente. Logo, é difícil afirmar que a participação na cooperativa representa, de fato, um benefício. É verdade que a COOPVEST faz o recolhimento ao INSS para associadas (como autônomas) e que, sem a cooperativa, as egressas dos cursos promovidos pela Prefeitura de Florianópolis e outras costureiras provavelmente estariam em piores condições. Mas não carece de significado que, de acordo com a presidente, todas as associadas preferissem estar trabalhando como assalariadas, pela expectativa de um maior nível de renda e de estabilidade no recebimento. Falou-se, aliás, que a maioria das que abandonaram o trabalho na cooperativa trocou-o por um vínculo envolvendo remuneração salarial. A precariedade da estrutura e os pobres resultados talvez ajudem a explicar o fraco engajamento das costureiras na estrutura criada: a diretoria é eleita em assembléia, mas a maior parte não se interessa e nem participa, evitando qualquer responsabilidade. Isso foi evocado por uma diretora que se disse “decepcionada com a cooperativa”,

embora declarasse acreditar que, frente às condições atuais do mercado de trabalho, não parece haver futuro para os trabalhadores além do cooperativismo.

Conclusão: trabalho cooperativo, opção para os trabalhadores ou aumento das adversidades?

Conforme assinalado anteriormente, no debate sobre as cooperativas de trabalho aparecem pelo menos duas óticas contrapostas: a que as considera uma real alternativa perante as agruras derivadas das mudanças econômicas recentes e a que enxerga no seu funcionamento um exemplo da crescente precariedade das relações de trabalho. A observação das experiências no segmento de confecções em Santa Catarina, embora restrita a um único tipo de atividades, sugere cautela nas afirmações em favor de um ou outro ponto de vista, conforme sugerido no trabalho. A recomendação de cuidado ganha força quando se aproxima o olhar de casos específicos, como se procedeu com as duas cooperativas da região de Florianópolis.

A CAPCOOPER parece uma opção efetiva, proporcionando manutenção das oportunidades de e até aumento do rendimento médio, com benefícios que, de uma forma ou de outra, talvez compensem a ausência das vantagens que acompanham os vínculos salariais. Além disso, a estrutura criada resultou de decisão dos trabalhadores, o que remete a um importante e sempre assinalado elemento básico do cooperativismo. Entretanto, a pesquisa deixou dúvidas sobre a real independência dos trabalhadores na condução da cooperativa, e isso não tem a ver só com o fato de que o ritmo da produção e o fluxo de rendimentos seguem a cadência das encomendas, em que pese o fato dessa cooperativa realizar a totalidade do processo produtivo. Chamou a atenção que a máquina de bordar utilizada pela CAPCOOPER (uma máquina importada, sofisticada) seja de propriedade do presidente, que franqueia o seu uso à cooperativa mediante pagamento. O presidente prestava serviços à empresa que falira e que deu origem à cooperativa; diante da inadimplência da primeira, reivindicou espaço de atuação nas próprias dependências dela, de onde nunca mais saiu, tendo participado ativamente da criação da cooperativa, a ponto de ter sido escolhido como o principal dirigente. Ora, é difícil não acreditar que, nessas circunstâncias, e haja vista a sua experiência anterior como empresário, o presidente exerça influência decisiva nos rumos da cooperativa. Cabe registrar ainda que os trabalhadores, antes sindicalizados, romperam os vínculos com o sindicato da categoria desde que a cooperativa foi criada. A possibilidade de defesa dos seus interesses passou a estar ligada à existência da assembléia dos associados.

Enquanto a CAPCOOPER herdou uma estrutura empresarial, a COOPVEST instalou-se em meio à precariedade de condições imposta pelas irrevogáveis restrições financeiras e pela falta de preparo das costureiras participantes. A decisão de criar a cooperativa não foi exatamente espontânea, pois surgiu no interior de um projeto, e a condução reflete desde o início uma preocupante ausência de familiaridade com o próprio sentido de trabalho cooperativo: indagada sobre como vislumbrava o possível equacionamento do problema referente à irregularidade do trabalho prestado pelas associadas, a própria presidente exclamou que a dificuldade é enorme, pois “falta patrão para cobrar”. Assinale-se, todavia, que a escassa percepção sobre o significado do associativismo no trabalho – quer da presidente e da diretoria, quer das outras participantes – revelou-se acompanhada por lucidez sobre a urgente necessidade apoio externo. A falta de relacionamento com instituições, como a Universidade (citada na entrevista), foi deplorada como uma grande deficiência, tanto que a entrevista terminou com um pedido de ajuda na forma de “esclarecimentos e cursos” ou de qualquer coisa que possa contribuir para atenuar a situação vivenciada.

Essa incursão mais detalhada na experiência cooperativista fortaleceu o entendimento de que o trabalho cooperativo não representa sempre opção efetiva para os operários ou agravamento da precariedade das condições. Há casos heterogêneos, alguns se afigurando avanços importantes – ainda que só em algumas direções, com deficiências em diversos aspectos – e outros que merecem ser principalmente lamentados. Com efeito, entendido como reação às condições atuais do mercado de trabalho, o trabalho cooperativo pode ser considerado uma alternativa às adversidades ou uma

ilustração do caráter crescentemente precário das novas relações, mas a abordagem deste trabalho sugere insinua que não há qualquer característica intrínseca ao trabalho cooperativo que justifique encampar um ou outro ponto de vista: a qualidade de opção efetiva para os trabalhadores ou o rótulo de vetor de deterioração das condições de trabalho só podem ser observados ao nível de experiências concretas, que podem evocar um lado ou o outro e até combinar traços de ambos. De todo modo, não há como exigir do trabalho cooperativo algo que ele não pode proporcionar: é até aceitável que se queira relacionar as correspondentes experiências ao surgimento de “implantes socialistas” nos interstícios do capitalismo, mas é difícil admitir que as cooperativas de trabalho representam, em si mesmas, a pavimentação de caminho rumo a um novo tipo de sociedade.

Embora o contexto não ofereça muitas alternativas, e, portanto, a palavra “adesão” talvez devesse dar lugar a “compulsão”, as cooperativas de trabalho acenam com certas possibilidades para os trabalhadores. Os reflexos parecem tanto mais positivos na medida em que as circunstâncias que revestem esse tipo de trabalho sejam favoráveis e representem alguma segurança. Essencial é que se promova, sustente e estimule o associativismo entre trabalhadores, combatendo as formas espúrias. Isso é tarefa para a esfera institucional, no âmbito da qual se deveria contemplar a disseminação e o fortalecimento do sentido cooperativo entre os atores sociais. A escassez desse sentido é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dessa forma de organização. De fato, segundo captado nas entrevistas, o fechamento de duas cooperativas entre as que compuseram o conjunto estudado neste trabalho deveu-se principalmente à frágil coesão dos respectivos grupos, sintoma de um rarefeito sentido coletivo. Entre as iniciativas a serem protagonizadas há de figurar também a promoção de interações envolvendo as cooperativas e diversas instituições. Isso foi sugerido sobretudo nos estudos de caso mais detalhados. Mesmo na CAPCOOPER, herdeira de estrutura empresarial, ouviu-se que a participação em uma rede institucional mais ampla certamente possibilitaria melhor acesso às informações importantes e contribuiria para o equacionamento de problemas na produção e na organização.

Referências Bibliográficas

- ABREU, A. R. de P. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- AMATO NETO, J. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, nº 2, mar.-abr. 1995, p.33-42.
- ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil – repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 32, nº 96 (Série Cooperativismo), 1997, p.5-41.
- BALTAR, P. E. de A. Abertura econômica e absorção de mão-de-obra no Brasil. In: CASTRO, N. A., DEDECCA, C.(orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.19-30.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997, p.9-38.
- BRESCIANI, L. P. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, nº 1, jan.-mar. 1997, p.88-97.
- CAMARGO, J. M. Flexibilidade e produtividade do mercado de trabalho brasileiro. In: ----- (org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.11-45.
- CARLEIAL, L., BAL, M. M. Produção subcontratada e distribuição ‘franqueada’: dois pesos e duas medidas na flexibilidade da Benetton no Brasil. XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, dez. 1999, Belém, ANPEC. *Anais...*, v. 2, p.739-762.

- CASTRO, E. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. *Revista ANPEC*, Brasília, nº 4, fev. 1998, p.133-159.
- CASTRO, N. A. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v. 11, nº 1, jan.-mar. 1997, p.3-8.
- CASTRO, N. A., DEDECCA, C. S. Flexibilidade e precarização: tempos mais duros. In: ----- (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.9-18.
- COOTRAM: Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos. *Cadernos da Oficina Social*, Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, ano 1, nº 2, dez. 1999, p.25-32.
- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica. *Economia e Sociedade*, Campinas: IE-UNICAMP, nº 1, ago. 1992, p.69-87.
- DESÓRDI, S. A. Cooperativismo de trabalho. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo: UNISINOS, ano 8, nº 14, 1996, p.5-11.
- ENGELS, F. *Socialisme utopique et socialisme scientifique*. Moscou: Editions du Progrès, 1974.
- . *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- FOLHA DE S. PAULO. Caderno “Qualidade de Vida”, 9 de setembro de 1998.
- FURTADO, C., ALVES, U. Cooperativa garante registro na Justiça. *Gazeta Mercantil*, 13/11/2000, p.A-12.
- GLYN, A. A social-democracia e o pleno emprego. *Política Externa*, São Paulo, v. 4, nº 2, set. 1995, p.54-79.
- et al. The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, S., SCHOR, J. B. (eds.). *The golden age of capitalism. Reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p.39-125.
- HARPER, M. *Uma cooperativa de trabalhadores: promoção e gestão*. São Leopoldo: CEDOPE/UNISINOS, 1988.
- HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KAPLINSKY, R. *Micro-electronics and employment revisited*. Geneva, International Labour Office, 1987.
- KAPSTEIN, E. B. Workers and the world economy. *Foreign Affairs*, v. 75, nº 3, May/June 1996, p.16-37.
- KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG/CIEDLA. *Mercados laborales en los '90: cinco ejemplos de América Latina*. Buenos Aires, 1997.
- KUMON, R. *History of the Rochdale cooperative*. Austin: University of Texas, 1999 (<http://uts.cc.utexas.edu/~laurel/cooproots/history.html>).
- LIPIETZ, A. Les rapports capital-travail à l'aube du XXI^e siècle. *CEPREMAP*, Paris, nº 9016, Jan. 1990.
- LIMA, J. C. Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A., DEDECCA, C. S. (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.211-229.
- MANTOUX, P. *La revolución industrial en el siglo XVIII*. Madrid: Aguilar, 1962.
- MATTOSO, J., BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 18, nº 1, 1997, p.13-40.
- O COOPERATIVISMO ao alcance de todos. Florianópolis: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, 1999.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Cadastro das cooperativas catarinenses*. 10ª ed. Florianópolis: Elbert Indústria Gráfica Ltda, 2000.
- OLIVEIRA, C. A. B. de, MATTOSO, Jorge E. L. (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?*. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1997.

- PEDRINI, D. M. Associativismo econômico: apenas uma resposta dos setores populares à crise do capital ou mais que isto?. In: THEIS, I. M., MATTEDI, M. A., TOMIO, F. R. de L. (orgs.). *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau, EDIFURB, 2000, p.81-105.
- PERIUS, V. (org.). *Cooperativas de trabalho: manual de organização*. 2ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, Edição especial de “Perspectiva Econômica”, série Cooperativismo, nº 41, 1999.
- PICCININI, V. C. O trabalho flexível na indústria calçadista. In: CASTRO, N. A., DEDECCA, C. S. (orgs.). *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*. São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p. 89-210.
- PINTO, L. C. Cooperativas deixam 2,5 mi sem direitos. *Folha de S. Paulo*, 18/01/98, p.1-12.
- . Setor de calçados cearense tem 3.500 cooperativados. *Folha de S. Paulo*, 18/01/98, p.1-13.
- PIORE, Michael, SABEL, Charles F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- PRAHALAD, C. K., HAMEL, G. The core competence of the corporation. *Harvard Business Review*, v. 68, nº 3, May-June 1990, p.79-91.
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- ROOBEEK, A. J. M. The crisis in Fordism and the rise of a new technological paradigm. *Futures*, Apr. 1987, p.129-154.
- RUAS, R. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice R. de P., SORJ, Bila (orgs.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993, p.25-41.
- SAYER, A. Postfordism in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, nº 4, 1989, p.666-695.
- SCHNEIDER, J. O. Cooperativas de produção ou de trabalho: sua viabilidade no Brasil. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo: UNISINOS, Série Cooperativismo, nº II-6, 1991.
- , VICENTE, X. H. V. A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 31, nº 94 (Série Cooperativismo), 1996, p.39-58.
- SINGER, P. Economia solidária contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, 11/7/1996a, p. 1-3.
- . O PT que diz sim e não. *Folha de S. Paulo*, 18/8/1996b, p.1-3.
- . Autogestão contra o desemprego. *Folha de S. Paulo*, 22/6/1997, p.2-2.
- . A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R., CARVALHO NETO, A. (orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999a, p.31-45.
- . *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- TESCH, W. *Cooperativismo de trabalho – alternativa ao desemprego*. São Paulo: CAT/IPROS (Estudos e Pesquisas IPROS, nº 2), dez. 1995.
- . O panorama do cooperativismo de trabalho. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo: UNISINOS, Ano 8, nº 14, 1996, p.12-13.
- TOINET, M.-F. Emplois “flexibles”, société en miettes. *Manière de Voir*, Paris: Le Monde Diplomatique, nº 31, Août 1996, p.58-60.
- VAINER, C. Controle político dos miseráveis ou utopia experimental?. *Unitrabalho informa*, São Paulo: Rede Unitrabalho, Ano 3, nº 10, jan. 2000, p.10-11.